

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.402 - RS (2019/0010202-4)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : BRUNO DA SILVA VIEIRA (PRESO)**  
**AGRAVADO : EVERSON FERREIRA PINTO (PRESO)**  
**AGRAVADO : FABIO DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão por mim proferida, na qual neguei provimento a apelo nobre defensivo por incidência do óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ, a fim de manter a impronúncia dos agravados, por ausência de indícios suficientes de autoria do fato delituoso (homicídio qualificado tentado), ante a impossibilidade de identificar o autor imediato do disparo de arma de fogo que atingiu a vítima ((fls. 691/697).

Sustenta inexistir violação ao princípio da congruência, tal como asseverado pelo Tribunal de origem, pois vários disparos de arma de fogo foram efetuados em direção à vítima, mas apenas um deles a acertou, tendo sido devidamente narrados na exordial acusatória (*"No dia 25 de abril de 2016, por volta das 07 horas, em via pública, próximo ao nº 100, esquina com a Rua Paulino Azurenha, Partenon, em Porto Alegre, RS, os denunciados BRUNO SILVA VIEIRA, FÁBIO DA SILVA e ÉVERSON FERREIRA PINTO, em acordo de vontades e conjunção de esforços, **desferindo tiros com armas de fogo**, tentaram matar RODRIGO DA SILVA SERPA, Policial Miliar, causando-lhe as lesões corporais descritas na documentação médico-hospitalar da fl. 36, que refere ferimento por arma de fogo em região abaixo do ombro direito, somente não se consumando o desiderato criminoso por circunstâncias alheias às suas vontades, visto que, por erro de pontaria, não lograram êxito em atingir a vítima em área vital, além do que ela foi socorrida e encaminhada a pronto e eficaz atendimento médico-hospitalar"* - fls. 2/3) (grifos nossos).

Destaca que o caso dos autos exige reavaliação das provas e não o seu

reexame, afastando a incidência do óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ, em relação à alegada impossibilidade de identificação do autor dos disparos, pois a autoria incerta está configurada, já que havia um vínculo subjetivo entre os três agravados (concurso de pessoas), devendo todos eles responderem pelo homicídio tentado, "*consiga-se, ou não, individualizar o autor do disparo fatal*" (fl. 724).

Consigna que os autores do crime são conhecidos, apenas não se sabe precisar qual deles produziu o ferimento na vítima, devendo os três serem pronunciados por tentativa de homicídio, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri, juiz natural da causa, requerendo a reconsideração do *decisum* agravado ou a reforma pelo colegiado, com vistas à prover o apelo nobre e pronunciar os ora agravados (fls.715/726).

É o relatório.

Assiste razão ao agravante.

Veja-se trecho da decisão de impronúncia (fls. 540/541):

*Vale dizer, portanto, que a imputação de crime doloso contra a vida feita na denúncia resume-se a um disparo de arma de fogo, aquele que atingiu o ombro do ofendido. Esse disparo só pode ter tido um autor imediato. No entanto, a denúncia atribuiu a autoria imediata do crime ("desferindo os tiros contra a vítima") a todos os acusados, indistintamente, inclusive contra Fábio, que não estava no tiroteio. Após a instrução processual e colheita de depoimentos, o responsável pelo disparo não restou identificado.*

*O máximo que o ofendido e as testemunhas souberam dizer foi que Éverson e Bruno participaram do tiroteio, mas não puderam identificar qual deles teria sido o autor do disparo que atingiu a vítima. Sendo assim, **não é possível a este Juízo pronunciar duas pessoas por um fato que, por implicação lógica, só pode ter sido praticado por uma delas** (autoria imediata de um disparo de arma de fogo) (grifos no original).[...]*

*O que há é uma situação de ímpeto, em que uma ou mais pessoas resolvem, por impulso próprio, reagir à ação policial e engajar em tiroteio contra os agentes de Estado.*

A impronúncia restou mantida pelo Tribunal de origem sob os mesmos fundamentos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destaco, por oportuno, excerto de decisão exarada no AgInt/AREsp 353576, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, DJe 25/05/2017, que bem fundamenta a *quaestio juris*, e na qual me filio:

*Sabe-se, pela abalizada doutrina de Eugênio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli, que normalmente os tipos contidos na Parte Especial do Código Penal referem-se a fatos realizáveis por uma única pessoa. Contudo, o fato punível pode ser obra de um ou de vários agentes.*

*As motivações que podem levar o indivíduo a consorciar-se para a realização de uma empresa criminosa podem ser, como destaca Cezar Roberto Bitencourt, as mais variadas: assegurar o êxito do empreendimento delituoso, garantir a impunidade, possibilitar o proveito coletivo do resultado do crime ou simplesmente satisfazer outros interesses pessoais.*

*E essa reunião de pessoas no cometimento de uma infração penal dá origem ao concurso de pessoas, de que trata o artigo 29 e parágrafos do Código Penal.*

*O aperfeiçoamento do concurso de pessoas se dá quando, dentre outros requisitos objetivos, está presente o elemento subjetivo: vontade e consciência de participar da obra comum, elemento que não necessita revestir-se da qualidade de acordo prévio, que, se existir, representará apenas a forma mais comum de adesão de vontades.*

*Havendo vínculo subjetivo entre os autores (vontade e consciência da obra comum), e presentes os demais requisitos do concurso de pessoas, todos os participantes, (autores, coautores e partícipes) respondem, em vista do princípio da unidade do crime previsto no caput, do artigo 29, do Código Penal, pela mesma infração penal, com as mitigações do parágrafo 2º, acaso existentes, conforme ensina Damásio Evangelista de Jesus.*

*Com isso quero alcançar, a conclusão a que chegou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus nº 60863, de Santa Catarina, realizado na data de 26 de abril de 1983, cujo acórdão foi redigido pelo eminente Ministro Alfredo Buzaid, no sentido de que, havendo convergência de vontades para a realização de um fim, aderindo um dos agentes a ação do outro, a não identificação do resultado não importa autoria incerta, todos respondem pelo resultado [...]*

*A compreensão disso é que, no caso concreto, a prova da adesão ou não de vontade do recorrente para participar da obra comum (matar a vítima Daher José El Marouni) é, em linhas gerais, prioritária à prova relativa à determinação do recorrente ou do corréu, como autor dos disparos.*

*Como assevera uma vez mais Damásio Evangelista de Jesus, se o Código exige crime tentado ou consumado para que haja participação, é evidente que todos os participantes respondem pelo mesmo delito.[...]*

Vejamos o depoimento da vítima (fls. 537/538):

*A vítima Rodrigo da Silva Serpa (fls. 273v-278v), por sua vez, atribuiu o tiroteio aos acusados Bruno e Éverson, sem contudo precisar qual dos dois seria o responsável pelo disparo que o atingiu. Quanto ao acusado Fábio, Rodrigo aduziu não tê-lo visualizado no momento da ocorrência dos tiros. Assim disse o ofendido "teve uma ocorrência de disparo de arma de fogo na Irmã Neli, aí foi despachada a viatura do Sargento Cruz, eles foram no local e eu me aproximei, eu estava sozinho de moto para dar um apoio para eles, aí eles informaram na rede que estava normal, que não tinha nada, mas no momento que eu desci a rua, a Irmã Neli é um beco, eles estavam para dentro, o Bochecha e o Bruno estavam na ponta do beco e quando me enxergaram eles ficaram me olhando, eu saquei a minha arma e foi o momento que eles começaram a atirar contra mim, aí eu só efetuei uns quatro disparos e consegui sair Foi o momento que eu levei um tiro no braço. [...] Num segundo momento eu, o soldado Irion e a soldado Zimmer tivemos um outro confronto contra os mesmos indivíduos. Nós entramos, estávamos em maioria e eles empreenderam fuga. Aí nós encontramos o Bruno embaixo da casa com uma pistola 380 com o cão armado e o Fábio estava dentro da casa com um monte de munição e droga e o Bochecha conseguiu fugir ou entrou na casa da prima dele. Nós fomos na porta dela, mas não entramos na casa, não procuramos. O Bochecha nós não conseguimos pegar na hora. Aí conversando com o Bruno, o Bruno informou que o outro indivíduo., e eu vi também, eu conheço o Bochecha, prendi ele por tráfico também e conheço ele, e o Bruno mesmo informou que o outro indivíduo era o Bochecha. MP: Quem é o Bochecha? T: O Bochecha é o Éverson. MP: Quem é que atirou nos senhores? T: O Bruno e o Bochecha MP: O Fábio não? T: Não, o Fábio não, que eu vi não. MP: Não atirou ou o senhor não viu? T: Eu não vi. [...]".*

*In casu*, não obstante os acusados negarem a autoria delitiva, há indícios suficientes de autoria em relação à Bruno, Éverson e Fábio, em concurso de pessoas, razão pela qual devem ser pronunciados como incurso no art. 121, § 2º, II, III, V e VII, c/c art., II, ambos do CP, em observância ao princípio *in dubio pro societate*, ficando a cargo do Tribunal do Júri sua apreciação e julgamento.

De todo o exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 691/697, e pronunciar os ora agravados no crime de tentativa de homicídio em concurso de pessoas.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator